



## MOROSIDADE PROCESSUAL E O ENFRENTAMENTO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS NA BUSCA PELA CELERIDADE

### Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade

Ana Clara Dias De Andrade

Alice Cardoso Marques

Dênila Nicolý Neris De Moraes

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

A morosidade processual por parte do Poder Judiciário levanta debates sobre sua influência na tutela jurisdicional, pela qual o Poder se condiciona. A demora é um problema recorrente que fragiliza o funcionamento do sistema de justiça, bem como o acesso da população aos processos. Focando nas pessoas em situação vulnerável, o estudo tem o intuito de debater sobre essas questões sociais.

Nesse contexto, esse prolongamento, que muitas vezes se perpetua por mais tempo do que deveria, fomenta frustrações e desencoraja essas pessoas a recorrerem à justiça. A lentidão nos processos faz com que a parte citada, a exemplo de pensão alimentícia, possa retardar o pagamento devido e manter a parte em situação de inadimplência por mais tempo. Portanto, é necessário que o estudo seja ponto de partida para evidenciar que, embora a lentidão alcance todos os cidadãos, suas consequências recaem com maior severidade sobre aqueles que dependem de respostas imediatas.

É válido destacar que, ao longo da premissa de “O processo”, de Franz Kafka, estabelece-se um paralelo à realidade ao abordar sobre um processo que se estende por tanto tempo e que não gera respostas. Diante disso, o presente artigo propõe uma reflexão sobre como o Judiciário atua como instrumento que muitas vezes não é célere. Dessa forma, a possibilidade de discutir caminhos para a prevenção disso, analisando as linguagens literária e jurisprudencial, é uma finalidade.

### Objetivo

O objetivo deste trabalho é promover a análise sobre como a morosidade processual afeta o acesso à justiça das pessoas que necessitam de forma urgente a resposta jurisdicional para a solução de seus casos. Utilizando como base a literatura e a jurisprudência, o artigo busca compreender como o comprometimento na tramitação processual obstaculiza a efetividade dos direitos fundamentais.

### Material e Métodos

Este trabalho trata-se de um artigo realizado através de pesquisas bibliográficas, utilizando como fontes o livro “O Processo” de Franz Kafka, a jurisprudência do TJDF e pesquisas complementares para aprofundamento do



tema. O livro, lançado em 1925, é possível refletir sobre como a tramitação do processo no contexto é alarmante. A figura central do livro sofre a história inteira procurando por respostas que nunca são atendidas, gerando sentimento de impotência por parte do cidadão.

A análise da obra “O Processo” e da jurisprudência mostra como esse problema torna o acesso ao direito ineficaz para aqueles que mais dependem dele. Essa reflexão evidencia a necessidade de implementar formas para assegurar a rapidez na tramitação, sem que comprometa a qualidade das decisões, garantindo que o Judiciário funcione como um instrumento efetivo de justiça, com especial atenção às pessoas vulneráveis.

Essa obra se aproxima da realidade, ao destacar como a parte beneficiária se torna negligenciada perante o Judiciário, reforçando o artigo 4º do CPC/15 do prazo razoável do processo, que deve ser pleiteado, para que o cidadão receba resposta em tempo adequado. Ao mencionar os vulneráveis, a questão principal é que mesmo elas conseguindo ingressar em juízo, a demora do processo prolonga a espera por decisões essenciais, ampliando os prejuízos para a pessoa interessada. É importante destacar que a dificuldade de acesso à Defensoria Pública, em razão da sobrecarga processual e estrutura do sistema, torna a tramitação ainda mais lenta para aqueles que não podem custear um advogado particular.

Segundo a Ouvidoria do CNJ, em 2020, cerca de 23,1% entre os reclamantes de demora nos processos, são os que têm julgamento preferencial. Isso demonstra que até grupos com prioridade legal ainda sofrem com os atrasos, reforçando a ideia

do impacto da lentidão para quem necessita de decisões rápidas, como idosos ou doentes, que podem sofrer mais prejuízos do que outros litigantes.

## Resultados e Discussão

O direcionamento do trabalho tem como objetivo a identificação sobre os efeitos da tramitação processual com base na análise bibliográfica e jurisprudencial que demonstram que a morosidade compromete de forma significativa a efetividade jurisdicional, atingindo principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade. Mesmo com a previsão constitucional da duração razoável do processo no art. 5º, LXXVIII, CF/88 e no artigo 4º do CPC/15 e o estabelecimento legal de prioridades, como idosos, que os prazos se estendem de maneira desproporcional, fazendo com que a decisão judicial não seja célere em muitos casos.

Nesse sentido, o TJDFt entendeu que a demora do Judiciário não pode ser imputada às partes. No Acórdão 1964820, Processo nº 0228835-85.2009.8.07.0015, a Corte destacou que a paralisação do processo, decorrente de falhas do aparato judicial, não configura inércia do credor, afastando, portanto, a prescrição intercorrente. Esse entendimento reforça que a lentidão do sistema processual não deve penalizar aqueles que buscam a Justiça, confirmando a necessidade de reformas estruturais e de maior eficiência administrativa. Esse quadro confirma que a lentidão dos processos vai além da mera sobrecarga, já que são muitos para cada magistrado, decorre também de falhas estruturais, capacitação de servidores e o uso de tecnologia não tão direcionada que dificulta uma tramitação ágil.

A análise do livro “O Processo”, faz referência com a vida real, porque mostra a sensação de impotência do indivíduo que não recebe resultados em tempo hábil. Essa espera prolongada desestimula a busca por tutela jurisdicional, quando for o caso, e gera um mínimo de eficiência do Judiciário. As tutelas de urgência, a exemplo de demandas como pensão alimentícia ou fornecimento de medicamentos, mostra que o CPC tenta agilizar, mas falha na prática por volume alto de pedidos, infraestrutura, estrutura digital, dentre outros. Logo, é necessário reformas estruturais. É notório dizer que a desigualdade de acesso à justiça é que aqueles que possuem recursos financeiros conseguem mais facilidades em seus processos por meio de advogados particulares e medidas



processuais estratégicas, enquanto cidadãos em situação de hipossuficiência dependem da Defensoria Pública, que enfrenta também a sobrecarga de pedidos.

Mesmo com avanços após a pandemia de 2020, que aceleraram o processo eletrônico (Lei 11.419/2006), a morosidade ainda persiste. De acordo com o Relatório Justiça em Números 2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Em 2023, 90,6% dos processos em tramitação eram eletrônicos. E com 99,6% dos novos casos iniciados digitalmente, o Judiciário acumulou 253,3 milhões de protocolos nesse formato. Isso promete acesso viável de qualquer lugar. O grande volume sobrecarrega juízes e servidores, e isso piora problemas para minorias de baixa renda e étnicas, como falta de internet em áreas remotas, pois ainda sofrem com a exclusão digital e a falta de infraestrutura.

A Lei 11.419/2006 discorre sobre o uso de meio eletrônico nos processos judiciais, mas há necessidade de estabilizar o sistema e investir em capacitações técnicas, apesar de existirem estudos voltados a grupos vulneráveis, ainda falta ampliar formações, por exemplo, acesso à justiça em contextos de morosidade que afetam especialmente hipossuficientes. Esses cursos não bastam para erradicar o problema da demora para vulneráveis. A ideia é que deve haver treinamentos focados nas consequências da lentidão, nos desafios de acesso para populações remotas ou em situação de vulnerabilidade.

Esses treinamentos ajudam a lidar com o fluxo e priorizar casos, reduzindo desigualdades sem gerar mais atrasos. Portanto, é necessária a realização de reformas estruturais e da jurisdição, que incluam melhorias no âmbito tecnológico, e capacitação de magistrados. Isso pode contribuir para que o prazo razoável do processo seja respeitado, garantindo que a justiça cumpra seu papel de maneira célere e equitativa.

## Conclusão

Tratar do tema morosidade processual é abordar um dos inúmeros obstáculos da jurisdição brasileira, ainda mais em uma sociedade que busca a todo instante formas de resolver suas lides ou direitos. Este estudo é importante porque evidencia que, apesar dos avanços legislativos, institucionais e tecnológicos, a lentidão ainda persiste, impactando de forma mais severa grupos vulneráveis que dependem urgentemente da tutela jurisdicional. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que esse obstáculo processual não apenas fragiliza o acesso à justiça, mas também fomenta sentimento de frustração.

## Agência de Fomento

FAP-DF-Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Distrito Federal

## Referências

AMBAR, Jeanne. Princípio da Celeridade e da Duração Razoável do Processo. Jusbrasil, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principio-da-celeridade-e-da-duracao-razoavel-do-processo/515390261>

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (7. Turma Cível). Acórdão nº 1964820, 0228835-85.2009.8.07.0015. Direito Tributário E Processual Civil. Apelação Cível. Execução Fiscal. Prescrição Intercorrente. Morosidade Judiciária. Sentença Cassada. Apelante: Distrito Federal. Apelado: Renato de Sousa Silva. Relator: Fabrício Fontoura Bezerra, 05 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://jurisdf.tjdft.jus.br/acordaos/1964820/inteiro-teor/df8e1f42-ee78-4f2d-99fb-736b13c412ee>  
Código de Processo Civil. Planalto, 2015. Disponível em:





[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ouvidoria 10 Anos: lentidão da Justiça ainda é o motivo de maior reclamação, 2020. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/ouvidoria-10-anos-lentidao-da-justica-ainda-e-o-motivo-de-maior-reclamacao/>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2024 (CNJ, 2024, p.28), 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/04/justica-em-numeros-2024.pdf>

KAFKA, Franz. O Processo. WordPress.com, 2009. Disponível em:

<https://100melhoreslivros.files.wordpress.com/2009/12/franz-kafka-o-processo.pdf>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)